

ARTIGO

LICENCIAMENTOS
AMBIENTAIS TRAVAM
DESENVOLVIMENTO
DE MT



Criado para equilibrar a atividade econômica e o meio ambiente, o licenciamento ambiental tornou-se um entrave devido ao excesso de burocracia e morosidade das análises. De responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), os licenciamentos são obrigatórios para empreendimentos de diversas áreas, como energia, agropecuária e mineração.

Como se não bastasse uma série de exigências, por meio de portarias, resoluções e decretos, existe, ainda, outro fator que causa grande impacto na lentidão dos processos: a ação dos órgãos intervenientes. Muitas vezes, em um mesmo processo, ocorrem intervenções do Ministério Público e de ONG´s, criando barreiras que travam o desenvolvimento do estado.

É certo que o desenvolvimento deve ocorrer de forma sustentável. A administração pública deve garantir proteção ao meio ambiente, mas isso não deve ser empecilho para que realmente haja o desenvolvimento, caso contrário o estado entra em um processo de estagnação.

Sem as devidas licenças, os empreendimentos ficam inviabilizados e, conseqüentemente, o estado deixa de arrecadar e de investir em setores essenciais à população, como saúde e segurança. Os órgãos intervenientes deveriam ter um caráter consultivo para simplificar e não “emperrar” o processo, como tem ocorrido com frequência.

Comparando Mato Grosso com outros estados, é notória a discrepância das legislações. Mato Grosso do Sul, por exemplo, que inclusive, detém cerca de 70% de todo o Pantanal, possui uma legislação muito mais branda. O mesmo ocorre no Rio Grande do Sul, que realiza as análises de forma muito mais ágil e flexível.

As hidrelétricas, que aqui enfrentam uma série de entraves burocráticos, em outros entes federados recebem até “mutirão” para licenciar projetos. Ou seja, o governo precisa perceber essas distorções e ter uma visão empreendedora, enfrentar as adversidades para fazer o estado progredir.

É necessário que os órgãos envolvidos estabeleçam uma força-tarefa. A classe política brasileira tem se atentado para isso e, desde junho, está discutindo a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental. O objetivo é debater uma legislação ampla para evitar que obras de interesse estratégico sejam inviabilizadas judicialmente ou travadas em razão de divergências ideológicas.

Esse direcionamento em nível nacional é extremamente relevante, principalmente para estados brasileiros que precisam rever seus níveis de exigência, pois terão como base uma legislação mais clara e eficiente, que proporcione segurança jurídica e possibilite desenvolvimento sustentável sem prejudicar o desenvolvimento econômico e social de toda a nação.

Comparando Mato Grosso com outros estados, é notória a discrepância das legislações. Mato Grosso do Sul, por exemplo, que inclusive, detém cerca de 70% de todo o Pantanal, possui uma legislação muito mais branda. O mesmo ocorre no Rio Grande do Sul, que realiza as análises de forma muito mais ágil e flexível.

As hidrelétricas, que aqui enfrentam uma série de entraves burocráticos, em outros entes federados recebem até “mutirão” para licenciar projetos. Ou seja, o governo precisa perceber essas distorções e ter uma visão empreendedora, enfrentar as adversidades para fazer o estado progredir.

É necessário que os órgãos envolvidos estabeleçam uma força-tarefa. A classe política brasileira tem se atentado para isso e, desde junho, está discutindo a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental. O objetivo é debater uma legislação ampla para evitar que obras de interesse estratégico sejam inviabilizadas judicialmente ou travadas em razão de divergências ideológicas.

Esse direcionamento em nível nacional é extremamente relevante, principalmente para estados brasileiros que precisam rever seus níveis de exigência, pois terão como base uma legislação mais clara e eficiente, que proporcione segurança jurídica e possibilite desenvolvimento sustentável sem prejudicar o desenvolvimento econômico e social de toda a nação.

 CURTAS

Dia do Estudante

Comemoramos no domingo, 11 de agosto, o Dia do Estudante, data celebrada nesta segunda por milhares de alunos, entre elas a Dona Duzinha dos Reis Rosa, que aos 104 anos voltou ao banco escolar e vivencia o sonho de ser alfabetizada e escrever o próprio nome. Moradora da cidade de Araputanga, ela é a aluna mais velha da rede estadual de ensino de Mato Grosso. “Ela é um exemplo para muitos estudantes”, conta a alfabetizadora Sandra Regina Pereira da Silva. Aposentada, tem muitos netos e bisnetos e uma das netas, que mora na parte dos fundos da casa, é quem cuida dela. Apesar da idade, a estudante centenária ainda tem energia para fazer suas próprias refeições e alguns serviços domésticos.



Nota MT

O primeiro sorteio do Programa Nota MT realizado na semana passada premiou 983 consumidores de 60 municípios mato-grossenses e de três cidades dos Estados de Goiás, Alagoas e Espírito Santo. Em Tangará da Serra foram 21 sorteados.

Cadastro

Agora a Secretaria de Fazenda aguarda que os contemplados no primeiro sorteio façam a atualização do cadastro, até esta terça-feira, 13, para que recebam o prêmio. Do total de sorteados, mais de 300 pessoas ainda não informaram os dados bancários.

Pagamento

O valor do prêmio será depositado nas respectivas contas, informadas no site ou aplicativo da Nota MT, no dia 15 de agosto. Aqueles que não indicarem os dados da conta bancária dentro do prazo, vão receber no próximo dia 5 de setembro.

BASTIDORES DA POLÍTICA

Julgamento de contas

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Neurilan Fraga, disse que espera que o Tribunal de Contas do Estado, utilize no julgamento das contas das prefeituras, os mesmos critérios utilizados no julgamento das contas do ex-governador Pedro Taques.

Contas de Taques

O TCE aprovou por unanimidade as contas de Taques, mesmo com 26 irregularidades, algumas gravíssimas, identificadas pelo próprio tribunal. Por outro lado, além de Taques ter confessado as irregularidades, ainda atribuiu os erros à crise financeira.

Crise financeira

Para Neurilan, as gestões municipais são as mais afetadas com a crise financeira que o país vive, pois segundo ele, é nos municípios que há uma pressão da população pelos serviços públicos, como educação, saúde, segurança e infraestrutura.

Igualdade de tratamento

Os municípios de Alta Floresta, Juína e Barra do Bugres, tiveram suas contas reprovadas este ano, devido a despesas, que na avaliação do tribunal, ultrapassam o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. “Se a crise financeira serviu como base para justificar as irregularidades cometidas pelo ex-gestor estadual, também servirá no julgamento das contas dos gestores municipais. Achamos que o tribunal deve ter o mesmo entendimento” observou Neurilan Fraga, ao pedir igualdade no tratamento.

